

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 531.880 - SP (2019/0266826-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : RODRIGO CORREA GODOY E OUTRO
ADVOGADOS : RODRIGO CORRÊA GODOY - SP196109
ALEXANDRE MASCARIN FRANCISCO - SP399270
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JULIANO WENZEL FRANCO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS*. 1. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO LIMINAR. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. MANDADO DE PRISÃO EXPEDIDO. SÚMULA 691/STF SUPERADA. 2. TERMO A *QUO* DA PRESCRIÇÃO. ART. 112, I, DO CP. LAPSO ALCANÇADO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. 3. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. É pacífico no STJ o não cabimento de *habeas corpus* contra decisão que indefere a liminar em prévio *mandamus*, nos termos do disposto no verbete n. 691/STF, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Na hipótese, considerando a expedição de mandado de prisão, e verificando que o trânsito em julgado para o Ministério Público ocorreu em 23/3/2015, sem que, até aprese data, tenha se iniciado a execução da pena, constata-se que a pretensão executória estatal aparenta estar fulminada, o que revela hipótese excepcional e manifesta de ilegalidade apta a autorizar a superação do óbice do enunciado n. 691/STF.

2. Não se desconhece decisão da Primeira Turma do STF, no sentido de que não é possível prescrever aquilo que não pode ser executado, à luz da jurisprudência que prevaleceu no STF de 2009 a 2016, segundo a qual só era possível a execução da decisão condenatória depois do trânsito em julgado, o que impediria o curso da prescrição (RE 696.533/SC, Rel. Min. Roberto Barroso, julgamento em 6/2/2018). Nada obstante, cuidando-se de decisão proferida por órgão fracionário daquela Corte, em controle difuso, mantenho o entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o "prazo prescricional da pretensão executória é contado do dia em que transitou em julgado a sentença condenatória **para a**

Superior Tribunal de Justiça

acusação (art. 112, I, do CP)" (AgRg no HC 323.036/SC, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 1º/03/2016, DJe 17/03/2016).

3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para declarar extinta a punibilidade do paciente, pela prescrição da pretensão executória, apenas com relação aos crimes de associação criminosa e de exploração de jogo de azar. Fica mantida a condenação, pelo crime de lavagem de dinheiro, à pena de 4 anos de reclusão, em regime semiaberto.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido e conceder "Habeas Corpus" de ofício, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator